



Y. Mendonça
CARLOS MENONÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2026

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Sessões dos Paços de Concelho de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas dez horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia vinte e seis de fevereiro, presidida pelo senhor João Pedro Roxo Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelo Estatuto do Direito de Oposição – Ano 2025;
2. – Projeto Final de Regulamento da Organização, Estrutura e Funcionamento dos Serviços do Município de Idanha-a-Nova;
3. – Atualização da Proposta de Participação Financeira dos Municípios no âmbito do Concurso Público de Concessão de Transporte Público de Passageiros para a Beira Baixa – Assunção de Encargos Plurianuais.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado as ausências do senhor Jorge Daniel Pinto Fonseca, substituído pelo senhor Manuel Valente Rêgo, do senhor António Gaspar Moreira, substituído pela senhora Sílvia Pires Nogueira, da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor João Manuel Robalo Barata e do senhor João António Milheiro de Almeida.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – ANO 2025 – o senhor Presidente da Assembleia informou que foi submetido pelo executivo à Assembleia Municipal para conhecimento o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelo estatuto do direito de oposição do Município de Idanha-a-Nova relativo ao ano de 2025 e que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, e não havendo qualquer pedido de intervenção para uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA - o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente de Câmara Municipal para adicionar algum enquadramento prévio a este ponto que disse: “gostaria de me pronunciar sobre este projeto final do Regulamento da Organização, Estrutura e



Carvalho
Carvalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 06 DE 06-03-2026

Funcionamento dos Serviços Municipais de Idanha-a-Nova. Conforme resulta da informação disponibilizada, esta alteração orgânica é hoje apresentada para deliberação da Assembleia Municipal, por ser da sua competência, e tem como principais objetivos a promoção da eficiência, da modernização administrativa e da simplificação de procedimentos.

Entendemos que qualquer executivo legitimamente eleito tem o direito de definir uma orgânica que considere mais funcional para a gestão da Câmara Municipal. Embora a anterior estrutura orgânica tenha sido aprovada recentemente, ao longo destes meses de exercício de funções verificámos que a mesma não se revelou funcional nem eficaz. Por esse motivo, foi desenvolvido um trabalho articulado com o serviço de Recursos Humanos, com os serviços jurídicos internos e externos e com contributos de vários trabalhadores municipais, no sentido de proceder a esta alteração.

A fundamentação desta proposta prende-se, essencialmente, com a necessidade de tornar os serviços mais eficazes, mais eficientes e menos burocráticos. Na prática, a complexidade da orgânica anterior originava demoras significativas na tramitação de despachos e processos administrativos. A nova estrutura prevê o aumento do número de coordenadores, não significando isso que todos venham necessariamente a ser ocupados, mas criando condições para uma melhor organização do trabalho.

Os coordenadores terão uma maior proximidade às equipas operacionais, o que entendemos contribuirá para um funcionamento mais eficaz dos serviços. Deixam também de existir dois departamentos, uma vez que os chefes de divisão de segundo grau acumulavam frequentemente funções operacionais com um elevado volume de trabalho administrativo. Assim, os coordenadores poderão estar mais no terreno, junto das equipas, acompanhando o trabalho desenvolvido e assegurando a sua correta execução.

Em suma, acreditamos que esta nova orgânica permitirá melhorar o funcionamento dos serviços da Câmara Municipal e reforçar a qualidade do serviço público prestado aos munícipes.”

A senhora Presidente pediu ao chefe de divisão João Jóia Carvalho que se pronunciasse quanto às alterações necessárias ao regulamento que disse “muito bom dia a todos, como a senhora Presidente referiu, após uma nova revisão, porque é um documento extenso e complexo do regulamento, deparamo-nos que poderia haver aqui uma situação que não estava devidamente clara e então os serviços propõem que no documento que foi enviado, nomeadamente no artigo 20º, página 12, que seja acrescentado o número quatro que refira o seguinte, isto porque no organograma, está a vermelho escuro as unidades orgânicas de terceiro grau e também estão pintados a vermelho três gabinetes, mas depois no texto não é explícito que esses gabinetes são de terceiro grau e detetamos essa fragilidade no documento e vamos propor aqui as alterações só nesse sentido no artigo 20º, nº 4 a proposta é acrescentar “O Gabinete Técnico Florestal, Gabinete de Comunicação e Sistemas de Informação e o Gabinete Jurídico e de Património, são equiparados a dirigentes intermédios de terceiro grau, para todos os efeitos legais.” Ao acrescentar este número quatro depois tem repercussões mais adiante, nomeadamente, na página 20, no artigo 25º, na sua alínea g) em que a seguir ao “Acompanhar o Gabinete Técnico Florestal, coloca-se a frase equiparado a dirigente intermédio de terceiro grau...”, nomeadamente também no artigo 26º, no preâmbulo do artigo colocar “O Gabinete de Comunicação e Sistemas de Informação, equiparado a dirigente intermédio de terceiro grau para todos os efeitos legais, detém as seguintes competências:” e por fim no artigo 27º o mesmo colocar no preâmbulo, “O Gabinete Jurídico e de Património, equiparado a dirigente intermédio de terceiro grau para todos os efeitos legais,



J. Monteiro
CARLA MONTEIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 06 DE 06-03-2026

detêm as seguintes competências:" e assim ao se ler o documento há uma perceção diferente de todas as divisões de segundo grau, terceiro grau e os gabinetes que também são de terceiro grau, são as propostas que aqui se colocam para depois validar o documento com estas alterações.

O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Sílvia Moreira que disse: "bom dia a todos, senhora Presidente da Câmara Municipal e Vereadores do executivo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal senhoras e senhores Deputados Municipais, caras e caros munícipes. Antes de começar a falar quero agradecer este esclarecimento relativamente aos gabinetes porque era uma das questões que ia fazer em termos de tabela salarial em que grau é que estavam equiparados os chefes desses três gabinetes, já fomos devidamente esclarecidos que é terceiro grau. Relativamente a este assunto, sobre à análise ao Regulamento da Organização, Estrutura e Funcionamento dos Serviços Municipais, após análise detalhada do Regulamento da Organização, Estrutura e Funcionamento dos Serviços do Município de Idanha-a-Nova que hoje nos é apresentado, importa começar por reconhecer um ponto essencial: o próprio documento assume que o modelo aprovado em 2025, através do Regulamento n.º 772/2025, publicado em Diário da República em 1 de julho de 2025, se revelou inadequado, pesado e gerador de entropia administrativa. O preâmbulo é claro ao afirmar que "a experiência colhida (...) demonstrou que o modelo então adotado resultou num consumo excessivo de recursos, sem que haja tradução num eficaz funcionamento dos serviços".

É igualmente referido que a revisão agora proposta permitirá uma poupança anual de cerca de duzentos mil euros, resultante da extinção de departamentos e subunidades consideradas desnecessárias. Esta redução de despesa é naturalmente positiva e deve ser registada.

Contudo, apesar desta intenção de simplificação, o novo desenho orgânico continua a levantar preocupações quanto à sua real eficácia. O regulamento fixa um máximo de 11 unidades orgânicas flexíveis e 17 subunidades orgânicas, mantendo um número muito elevado de chefias intermédias, chefes de divisão, chefes de unidade e coordenadores técnicos que, embora reorganizados, continuam a representar uma estrutura pesada e fragmentada. Esta multiplicidade de níveis hierárquicos pode dificultar a fluidez dos processos, criar sobreposição de funções e comprometer a agilidade que se pretende recuperar.

O artigo 19.º do regulamento exemplifica bem esta complexidade, ao distribuir subunidades por praticamente todas as divisões e unidades, desde a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos até à Divisão de Serviços Operativos e Ambiente, passando ainda por unidades como a de Turismo ou a de Água e Saneamento. Cada uma destas subunidades é liderada por um coordenador técnico, o que aumenta a cadeia de comando e pode gerar precisamente a entropia que se pretende eliminar.

Importa ainda salientar que vários dos deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista, que hoje aqui se encontram, já exerciam funções no mandato anterior, precisamente quando foi aprovado o organograma de 2025 que agora se reconhece como inadequado e oneroso. Esta continuidade política e funcional torna difícil compreender como é que, em tão curto espaço de tempo, se passou de uma aprovação convicta desse modelo para a sua total rejeição. Tal mudança levanta dúvidas legítimas sobre a coerência das decisões tomadas e sobre a



*Mendonça
Carvalho*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 06 DE 06-03-2026

capacidade de planeamento estratégico da maioria, que deveria assegurar estabilidade organizacional e não sucessivas revisões estruturais num intervalo tão reduzido.

Neste contexto, importa também enquadrar o impacto financeiro desta estrutura no orçamento municipal. O quadro que agora vamos ver, foi o quadro que foi apresentado dos custos em julho de 2025 com o novo organograma em que refere o valor que teria de custos para a autarquia em cento e quarenta e oito dias, ou seja desde julho até ao final do ano de 2025 e então já vamos entender quanto é que se pagou. O orçamento global do município para 2025 foi de cerca de 46 milhões de euros, descendo ligeiramente para 43,7 milhões de euros em 2026. Só com os 17 cargos criados no organograma aprovado em julho de 2025 representam, em 2026, cerca de 3,2% do orçamento total, ou seja, se este organograma que foi aprovado em 2025 continuasse o orçamento só para estes cargos só para os 17 cargos resumia-se à quantia, estou a ironizar claro um milhão e quatrocentos euros, um peso claramente desproporcionado para uma estrutura que se pretende eficiente, racional e ajustada às necessidades reais do concelho.

Aqui temos o valor que a câmara pagou só em cento e quarenta e oito dias, portanto em 2025, a Câmara Municipal até dezembro, pagou só com 17 dirigentes 566 mil euros, portanto esta análise está de acordo com a grelha do quadro anterior que foi fornecido pelo antigo executivo à Assembleia Municipal anterior e em reunião de câmara, por isso é que nós temos estes valores.

A análise da evolução das despesas de pessoal evidencia, aliás, um agravamento significativo. A nova estrutura concentrou 17 dirigentes que custou 566 mil euros em menos de meio ano, sim porque cento e quarenta e oito dias não chega a cinco meses, valor que, caso estes cargos sejam mantidos em 2026, poderá ascender a cerca de 1,4 milhões de euros anuais em salários e encargos. Num orçamento municipal que está previsto 43,7 milhões de euros, esta estrutura sozinha absorve mais de 3% da despesa total, o que demonstra de forma inequívoca o peso excessivo que representa, estamos só a falar de valores de chefias depois faltam o resto da orgânica toda da câmara municipal. Estes dados revelam que a criação desta estrutura em 2025 provocou um primeiro salto nas despesas de pessoal, com uma projeção ainda mais pesada para 2026, caso o modelo seja mantido, reforçando a necessidade de uma reflexão séria sobre a sustentabilidade e utilidade desta organização.

Na imagem temos o que já custou à câmara e se mantivesse esta orgânica em termos de estrutura de pessoal só com estas chefias quanto é que iria ficar só no ano de 2026, porque nós temos de fazer o cálculo aos doze meses, mais dois um subsídio de férias e outro subsídio de Natal.

Portanto senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, assim, o Movimento Para Todos, enquanto força política, entende que: a redução de despesa anunciada, embora positiva, é manifestamente insuficiente quando comparada com o custo total do organograma, não representando uma verdadeira melhoria na eficiência da estrutura.

A manutenção de numerosas subunidades e chefias intermédias continua a comprometer a eficácia pretendida, perpetuando uma organização pesada e pouco funcional.

A Câmara deve clarificar como pretende garantir que esta nova configuração não repetirá os erros do modelo anterior, cuja inadequação é agora reconhecida.

É essencial assegurar que qualquer reorganização produza ganhos reais na qualidade do serviço prestado à população, e não apenas alterações formais que pouco contribuem para a eficiência e para o interesse público.



*Manoela
CORBUENTURA*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 06 DE 06-03-2026

Face ao exposto, o Movimento Para Todos anuncia que votará contra a proposta de Regulamento da Organização, Estrutura e Funcionamento dos Serviços Municipais. A alegada poupança de 200 000 €, perante um custo global que ascende a 1 400 000 €, representa apenas uma migalha e não justifica a manutenção de um modelo que continua a ser excessivamente oneroso para os cofres da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. A responsabilidade na gestão do erário público exige escolhas rigorosas e estruturas verdadeiramente eficientes, algo que este organograma aprovado em julho de 2025 e já então demasiado dispendioso e pouco ajustado às necessidades reais da população do concelho não assegura. Muito obrigada.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: “Quanto a este assunto e à informação apresentada pelo Movimento Para Todos, gostaria aqui de dizer que o levantamento, as contas feitas pelo serviço de recursos humanos que é competente e que fez aqui o apanhado da poupança, verifica-se uma poupança total anual de 250.796,70€. As 17 subunidades são coordenadores técnicos, alguns deles já estão ao serviço, não são todos os lugares que estão vagos, alguns deles já foram nomeados, neste momento já temos 9 ocupados, são coordenadores técnicos da carreira de assistente técnico, por isso não é tão relevante assim o peso no orçamento com o pessoal nesta categoria, como já referi há poupança. Quanto a deputados que votaram a anterior orgânica a favor e que agora possivelmente, não sei qual será a votação como é óbvio ainda não foi deliberado, também gostaria de dizer, já o disse no início, cada executivo acho que tem legitimidade de querer ajustar a orgânica à sua gestão e àquilo que acha que vai melhorar na sua gestão, por isso é compreensível que as pessoas tenham votado a favor para deixarem trabalhar o executivo da forma que achava mais adequado.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Sílvia Moreira que disse: “senhora Presidente nós concordamos que este quadro de pessoal tem de ser mudado, mas nós achamos que temos que ir muito mais para além do que a sua proposta, porque, claro que toda a gente percebe que a Câmara tem de trabalhar, os serviços têm de estar organizados, mas o que eu aqui tentei mostrar é que uma redução de duzentos mil euros, num acréscimo, portanto que o último executivo colocou um quadro orgânico dispendioso, que só em 2026 a funcionar seria um milhão e quatrocentos mil euros se reduzirmos duzentos mil continuamos com custos de mais de um milhão só em dirigentes, independentemente de ter tirado os dois diretores de departamento. Retirou dois diretores de departamento e retirou um chefe de divisão porque eram sete chefias de divisão e passaram a seis.

Toda a gente sabe que uma chefia intermédia terceiro grau ganha muito menos, mas se estamos a falar em 17, o que nós queremos dizer aqui, que os duzentos mil euros num universo de um milhão e quatrocentos mil euros é uma migalha e se calhar não vai ser funcional.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: “nós gerimos recursos públicos e temos essa responsabilidade e fazemo-lo com muita transparência e responsabilidade, de qualquer forma achamos que esta orgânica é a melhor para a nossa gestão porque nós estamos aqui, efetivamente vai haver uma poupança é importante, mas também não podemos só poupar e depois prestar um mau serviço. Como disse esta é a orgânica que nós achamos que vai ser funcional e eficaz e é o que vamos verificar se for aprovado daqui para a frente, se tivermos de fazer ajustes nada nos impede que no futuro os possamos fazer.”



*Melencos
Corbuseira*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rêgo que disse: "senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores membros do Executivo, caros munícipes.

A proposta de reestruturação da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova que hoje aqui discutimos confirma algo que há muito vinha sendo dito.

A estrutura orgânica da autarquia estava desajustada da realidade do concelho.

E esta não é uma conclusão que surge hoje.

Foi algo que a força política que represento afirmou ao longo dos últimos anos.

E foi também algo que foi afirmado com particular clareza pelo nosso candidato às últimas eleições autárquicas, o Dr. Pedro Rego.

Importa dizê-lo com frontalidade política: o nosso candidato foi uma das primeiras vozes a alertar para o desajustamento da estrutura orgânica da Câmara Municipal.

Mas disse também outra coisa importante.

Alertou que a decisão do então presidente da Câmara, Armindo Jacinto, de alterar essa estrutura a escassos meses das eleições autárquicas era politicamente questionável e institucionalmente discutível.

Na altura, o Dr. Pedro Rego disse com clareza aquilo que muitos pensavam.

Que um executivo em final de mandato não deveria condicionar a forma como o executivo seguinte se iria organizar.

Hoje os factos falam por si.

Se hoje estamos aqui a votar uma nova reestruturação é porque a decisão tomada na altura revelou-se um erro político.

E por isso também importa dizê-lo com justiça: o tempo veio dar razão ao nosso candidato.

Tinha razão quando disse que a estrutura orgânica estava desajustada.

Tinha razão quando disse que a alteração feita a poucos meses das eleições era politicamente errada.

E é por isso que seria profundamente incoerente que a força política que represento votasse hoje contra esta reestruturação.

Sempre defendemos que a estrutura deveria ser revista.

Sempre defendemos que essa decisão deveria caber ao executivo legitimado pelos eleitores.

Contudo, também é verdade que o grupo político que represento não foi ouvido na elaboração desta proposta.

E não tem responsabilidades executivas na gestão da autarquia.

Por essa razão, a nossa posição nesta votação será a abstenção.

Mas importa que esta abstenção seja bem compreendida.

Não é uma abstenção de silêncio. É uma abstenção de responsabilidade.

É um voto de confiança institucional para que o executivo organize os serviços municipais de acordo com o programa político que apresentou aos idanhenses.

Mas confiança não significa ausência de preocupação.

E existe hoje uma preocupação que não pode ser ignorada.



Yves Gonçalves
CARBUENTEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026

O crescimento do quadro de pessoal da autarquia.

Nos últimos meses assistimos à consolidação de mobilidades intercarreiras, à contratação de novos técnicos superiores e à admissão de um número significativo de assistentes operacionais através de contratos por tempo indeterminado.

Falamos de várias admissões recentes.

Falamos de novas posições consolidadas na estrutura administrativa.

E falamos de um aumento claro da despesa com pessoal.

E isto tem consequências.

Porque as despesas com pessoal já representam uma fatia muito significativa do orçamento municipal.

E quando essa fatia cresce demasiado, o que inevitavelmente diminui é a capacidade de investimento do concelho.

Menos investimento em obras.

Menos capacidade para manter edifícios públicos.

Menos capacidade para melhorar infraestruturas.

Por isso é importante dizê-lo com toda a clareza: uma autarquia que gasta demasiado com a sua própria máquina administrativa arrisca-se a tornar-se uma autarquia financeiramente ingovernável.

Este é um risco real.

E não pode ser ignorado.

E por isso também é necessário afirmar outra coisa com frontalidade.

A Câmara Municipal não pode transformar-se numa agência de emprego.

Uma autarquia existe para servir a população.

Não para alimentar estruturas administrativas cada vez maiores.

E esta preocupação torna-se ainda mais evidente quando existem unidades orgânicas com quadros preenchidos e, ao mesmo tempo, continuam a ser contratados externamente serviços que poderiam ser assegurados internamente.

Mais do que aumentar o número de trabalhadores, aquilo que o concelho precisa é de melhor gestão dos recursos humanos existentes.

Hoje temos na autarquia um número significativo de trabalhadores qualificados e altamente qualificados.

Mas continuam a faltar trabalhadores operacionais em áreas essenciais ao funcionamento diário dos serviços.

Esse é um desequilíbrio que importa corrigir.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me deixar aqui uma pergunta simples ao executivo municipal.

Com mais trabalhadores, mais estrutura administrativa e mais despesa corrente...

quando é que os idanhenses vão começar a sentir que a Câmara funciona melhor?

Porque aquilo que os cidadãos esperam não é apenas uma Câmara maior.

Os idanhenses não precisam de uma Câmara maior. Precisam de uma Câmara melhor.

Aquilo que hoje votamos não é apenas uma reorganização administrativa.



*Idanha-a-Nova
contavento*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 06 DE 06-03-2026

O que está verdadeiramente em causa é saber se a Câmara Municipal vai funcionar melhor ou apenas ficar maior.

Com uma nova estrutura orgânica e com um quadro de pessoal tão significativo, a autarquia tem obrigação de responder melhor aos problemas estruturais do concelho.

Refiro-me, em particular, às áreas do urbanismo, da educação e da assistência social, que são hoje fundamentais para o futuro de Idanha-a-Nova.

A nossa abstenção é um sinal de coerência política.

E de responsabilidade institucional.

Mas é também um compromisso claro.

Estaremos atentos aos resultados desta reestruturação.

Porque aquilo que verdadeiramente importa não é o organograma.

É saber se a Câmara Municipal será capaz de transformar essa estrutura em melhores decisões, melhores serviços e mais desenvolvimento para Idanha-a-Nova. Muito obrigado.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: “eu gostaria de dizer ao senhor deputado que efetivamente nem o Chega, nem o Movimento Para Todos foram ouvidos uma vez que esta nossa alteração também decorre do conhecimento da gestão do dia a dia e não o poderíamos estar a consultar quando efetivamente não desempenham estas funções, para perceberem esta gestão do dia a dia e se era eficaz ou não a orgânica que existia e foi apenas por isso, mas o nosso serviço de recursos humanos também esteve envolvido a quem agradeço também o empenho do João Jónia Carvalho e da funcionária Michelle Antunes, também dos serviços jurídicos Francisco Figueira, muito obrigada e a todos os funcionários que deram contributos. Efetivamente reconheço que temos falta de assistentes operacionais, sem dúvida que precisamos de mais operacionais para melhorarmos os serviços de águas, limpeza urbana, saneamento, e efetivamente a vir a abrir procedimentos concursais serão de assistentes operacionais e também sapadores.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraudes que disse: “senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores membros do Executivo, senhoras e senhores Deputados, restantes senhoras e senhores, gostava de deixar algumas considerações sobre este ponto, a senhora Presidente já disse porque é que acha melhor esta organização da Câmara a outra não era tão eficaz, não era tão funcional e há uma poupança de cerca de duzentos mil euros. O senhor deputado Hugo Rêgo disse uma coisa que eu também ia dizer, muitas vezes não conta muito o organograma, mas o que conta é a funcionalidade e o presidente e o executivo de por as coisas a funcionar podemos ter até dois chefes de serviço eu não sou funcionário da Câmara, não sei muito bem como funciona depois esta orgânica, mas possivelmente o Joaquim Morão, se calhar para mim o melhor autarca desta Câmara Municipal em democracia se calhar tinha muito menos gente e as coisas se calhar funcionavam melhor, era o modo dele, era a forma de ser dele, se calhar as pessoas que estavam ali no jardim mandavam umas pedras lá para baixo para o jardineiro quando estava de braços cruzados, vamos imaginar, estava só aqui a dar o exemplo. Verdadeiramente aí concordo com o senhor deputado Hugo Rêgo, o que importa é que ele funcione e que a Câmara, que o executivo meta a funcionar este organograma.

A senhora deputada Sílvia Moreira falou dos 17 dirigentes em que passa neste para 16 dirigentes, falou nos coordenadores técnicos de subunidade em que também há uma progressão na carreira onde já são funcionários



*Assimilada
Carla Ventura*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026

da Câmara e há uma progressão na carreira e falou numa coisa que eu se fosse da oposição também falava. Diria o seguinte como é que os senhores á oito meses votaram uma coisa e agora estão a votar outra completamente diferente e deixe-me dar-lhe o meu ponto de vista, dos oito deputados não estou a colocar aqui os deputados presidentes de junta, porque considero, não estou a inferiorizar, mas considero que é outra coisa, os deputados presidentes de junta são outra coisa, dos oito deputados da bancada do Partido Socialista só dois é que transitaram do anterior mandato para este mandato e só um é que votou, só um deputado é que votou dos oito, não estou a falar dos presidentes de junta, é que votou a outra lei orgânica, por isso não há aqui falta de coerência no que toca aos deputados que nem sequer estava na outra assembleia, nem sequer pertenciam à outra Assembleia, eu também não estive presente nessa Assembleia, não votei porque não estive e sempre tive a minha opinião que sempre foi a que era à oito meses e a que é hoje e vou dizer qual é sem qualquer problema, sem qualquer medo de dizer isto que vou dizer agora, não tem na minha maneira de ver as coisas e de analisar as coisas, não tem sentido o executivo que está de saída que vai mudar uma organização destas na minha opinião não tem sentido, o que tem sentido é que um executivo entre, está oito ou sete meses, vê se as coisas funcionam ou não funcionam em principio vai estar um mandato, vão estar quatro anos eu espero que estejam mais, vão mudar as coisas para que funcionem segundo este executivo, acho que o que tem sentido é o que está a ser feito por este executivo não fazer na parte final do mandato porque está de saída, mas fazer numa fase inicial como por exemplo fez o Fundão à bem pouco tempo. Dou exemplos também da estrutura, eu estive a analisar algumas estruturas de Penamacor do próprio Fundão, de Proença-a-Nova são idênticas à que está a ser agora apresentada por este executivo, tirando a de Castelo Branco, a de Covilhã não vi, mas deve ser idêntica à de Castelo Branco é uma organização maior e aí já é parecida com a que foi aprovada no anterior mandato. Por isso acho que tem todo o sentido senhora Presidente, senhores membros do executivo esta estrutura ser apresentada agora e não no final do mandato e desejar-vos boa sorte e que a Câmara Municipal funcione e que os funcionários da Câmara gostem daquilo que estão a fazer e que se sintam também valorizados, muito obrigado.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: "gostaria só de deixar esta informação que se a nova orgânica for aprovada iremos trazer à Assembleia Municipal de abril a nomeação dos júris para a abertura dos procedimentos concursais. Caso seja aprovada teremos que fazer nomeações, mas é por um período reduzido, porque depois vamos abrir os concursos após a nomeação dos júris na próxima Assembleia Municipal."

O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: seis – Grupo Municipal Movimentos para Todos;

Votos de abstenção: um – Grupo Municipal Chega

Votos a favor: vinte – dezanove Grupo municipal PS e um do Grupo Municipal Chega. Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA. O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação: **"FOI DELIBERADO**



Handwritten signature: Cristina Ventura

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026**

POR MAIORIA, SEIS VOTOS CONTRA, UM VOTO EM ABSTENÇÃO E VINTE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA.”

PONTO NÚMERO TRÊS: – ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS PARA A BEIRA BAIXA – ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: “há uma retificação a fazer que peço à doutora Cristina Preguiça que venha, foi um erro dos serviços, peço à doutora Cristina para informar qual foi a alteração, o erro aqui na informação que foi enviada aos senhores deputados.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à doutora Cristina Preguiça que disse: “bom dia, tal como disse a senhora Presidente, quero em meu nome pessoal porque o erro partiu da minha parte pedir desculpa ao executivo e à Assembleia Municipal porque a informação tem aqui um pequeno lapso de transposição de dígitos, ou seja, onde se lê duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros e sessenta e seis cêntimos deve ler-se duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e três euros e sessenta e seis cêntimos ou seja eu troquei o dois onde está o nove devia estar o dois, troquei estes dois dígitos, deixar claro que isto não tem qualquer implicação em termos legais até porque o valor é inferior em termos de cabimento e de compromisso não tem qualquer implicação será feita apenas uma retificação junto dos serviços, mas pronto importa havendo um erro importa repor corretamente não é verdade e pronto pedir-vos desculpa por isso.”

O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a **ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS PARA A BEIRA BAIXA – ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS**, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: um – Grupo Municipal Chega

Votos a favor: vinte e seis – dezanove votos do Grupo municipal PS, seis votos do Movimento para Todos e um voto do Grupo Municipal Chega.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA. O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação: **“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, UM VOTO EM ABSTENÇÃO E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS PARA A BEIRA BAIXA – ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS.”**

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar a palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 06 DE 06-03-2026

Não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte do público.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

João Pedro Fraz. Rodrigues
Jorge Nuno dos Santos Monteiro
Carla Sofia Asuior Ventura